

Haddad faz defesa do equilíbrio fiscal

Ao mesmo tempo, evita falar da meta de déficit zero por parte do governo e pede apoio político para elevar arrecadação

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se negou a responder ontem se o governo Luiz Inácio Lula da Silva está comprometido com a meta de zerar o déficit das contas públicas no ano que vem. Em entrevista, Haddad foi questionado quatro vezes por jornalistas sobre se o compromisso estava mantido e se limitou a responder:

– Minha meta está estabelecida. Diante da insistência, ele deixou a entrevista. Na sexta-feira, Lula disse que a meta de déficit zero dificilmente seria cumprida, uma vez que ele não concorda com a restrição que será imposta sobre os gastos do governo.

Haddad conectou o desafio de zerar o déficit nas contas do governo à recuperação de perdas na arrecadação, o que tem chamado de “erosão da base tributária”.

– A minha meta está estabelecida. Vou buscar o equilíbrio fiscal de todas as formas justas e necessárias para que nós tenhamos um país melhor – afirmou.

Ele não respondeu diretamente sobre a manutenção da meta, mas fez questão de dizer que o seu papel como ministro da Fazenda era buscar o reequilíbrio fiscal, e que fará isso enquanto estiver nessa posição, “não porque é ortodoxo ou por pressão do cargo”, mas porque acredita na importância de resolver o problema das contas públicas.

Para ele, há 10 anos no Brasil há descaço com o resultado primário

“*Não há da parte do presidente nenhum descompromisso, ao contrário. Se não estivesse preocupado, não teria pedido apoio da área econômica para orientação ao Congresso. Isso é algo que precisa ser feito pelos Três Poderes, todos precisam estar cientes.*”

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

das contas públicas (saldo entre receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida), que sua equipe trabalha para resolver.

– Não mudei de ideia, continuo com a mesma ideia, porque acredito que vai ser o melhor para o país. Agora, preciso de apoio político. Preciso do Congresso, preciso do Judiciário. E tenho tido a colaboração até aqui tanto de um quanto do outro. As vitórias que tivemos no Judiciário esse ano foram expressivas, mas não resolvem uma decisão tomada em 2017, infelizmente – afirmou.

Abatimento

Haddad se refere a perdas observadas pela Receita Federal com um dispositivo inserido na Lei Complementar 160, aprovada em 2017, e que permitiu às empresas abater dos impostos federais benefícios tributários obtidos nos Estados.

O ministro afirmou que a medida fez com que a renúncia tributária saltasse de um patamar de R\$ 39 bilhões para R\$ 200 bilhões neste ano. Em 2022, disse Haddad, a renúncia registrada foi de R\$ 149 bilhões.

A brecha, segundo o ministro, será corrigida com a MP 1.185, editada em agosto, mas após acordo político com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi convertido em projeto de lei com urgência. A expectativa é de que o relator na Câmara seja designado ainda nesta semana, mas há forte resistência ao tema no parlamento, o que já fez o Ministério da Fazenda rever parte do projeto que reduziu a arrecadação prevista.

Dados sobre a perda de arrecadação foram levados por Haddad a Lula na semana passada. O ministro acrescentou que o presidente ordenou que sua equipe reunisse os líderes partidários do Congresso para apresentar os danos provocados pela erosão da base tributária e repisou que a Fazenda trabalha com alternativas no campo fiscal.

– O que eu levei ao presidente foram os cenários possíveis. Se eu tiver que antecipar medidas que eu iria tomar em 2024 e a Casa Civil, o presidente e a ordenação do governo concordarem, eu encaminho – afirmou Haddad, sem dar detalhes sobre as medidas.



Ministro disse que erosão tributária tem origem em lei aprovada em 2017

Mudanças na diretoria do BC

• Trocas em duas diretorias do Banco Central (BC) foram anunciadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ontem.

• Paulo Picchetti será diretor de Assuntos Internacionais do BC, em substituição a Fernanda Guardado.

• Picchetti é doutor em Economia e professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP).

• Rodrigo Alves Teixeira assume a diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta.

• Essa diretoria está atualmente sob comando de Maurício Moura.

• Teixeira, doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), é servidor de carreira do BC, mas atuava cedido na Casa Civil.

• As indicações do Executivo precisam passar agora pelo crivo dos senadores durante sabinata na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa.

• As escolhas já foram informadas ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 12